



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 15 de agosto de 2022 - Ata n.º 81.

Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **81.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito ao Sr. 2.^º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.^º 80, de 9 de agosto de 2022, antecipada do dia 10 de agosto de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudesse retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.^º Secretário se há expediente a ser lido.



SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados. Sim, temos expediente a ser lido, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 2435/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 1932/2022, da Deputada Cristina Silvestri; **Ofício n.º 2427/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 2350/2022, do Deputado Michele Caputo; **Ofício n.º 2432/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 2336/2022, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 2433/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 2309/2022, do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 2431/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ao Requerimento n.º 2533/2022, do Deputado Soldado Fruet; **Ofício n.º 2436/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 1022/2022, do Deputado Michele Caputo; **Ofício n.º 2428/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 2511/2022, dos Deputados Tadeu Veneri, Arilson Chiorato e Delegado Jacovós; **Ofício n.º 2430/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta do Detran/PR ao Requerimento n.º 7156/2021, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 2434/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1871/2022, do Deputado Soldado Fruet; **Ofício n.º 2429/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Copel ao Requerimento n.º 485/2022, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 2443/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 2332/2022, do



Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 2444/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 1590/2022, do Deputado Boca Aberta Junior; **Ofício n.º 2441/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 75/2022, do Deputado Anibelli Neto; **Ofício n.º 2445/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 1493/2022, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 2437/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 2331/2022, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 2442/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 2292/2022, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 2447/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 3291/2019, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 2446/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 2274/2022, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 2439/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 2465/2022, do Deputado Tadeu Veneri; **Ofício n.º 2440/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 2205/2022, da Deputada Luciana Rafagnin; **Ofício n.º 2474/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 2185/2022, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 412/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 306/2022 sendo convertido na Lei n.º 21.185; **Ofício n.º 413/2022** do Governador do Estado, comunicando que vetou o Projeto de Lei n.º 385/2019, de autoria do Deputado Soldado Fruet (**Veto autuado sob o n.º 9/2022**); **Ofício n.º 650/2022** do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando informações a respeito do relatório da auditoria realizada pela 2.ª Inspetoria do Controle Externo, resultante de fiscalização procedida junto à Fomento Paraná; **Ofício n.º 645/2022** do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando



informações a respeito do relatório de atividades do 2.º trimestre de 2022. Era isso, Sr. Presidente, o que tínhamos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Vereador de São José dos Pinhais, Sr. Paulinho Maradona, por solicitação do Deputado Francisco Bührer. Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador, Deputado Soldado Fruet.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Soldado Fruet; Professor Lemos; Requião Filho; Luciana Rafagnin; Galo; e Michele Caputo.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados e amigos que nos acompanham neste início de semana, boa tarde a todos. O tema que traz a esta tribuna hoje, Sr. Presidente, é um tema que tenho repetido aqui diversas vezes nos últimos meses, que, apesar de alguns Deputados questionarem, é o pedágio. Aí, já vêm: *Ah, vai falar de novo sobre o pedágio.* Vou continuar falando de novo, sim, sobre os pedágios, porque foi um mal que assolou o Paraná durante 25 anos e que está prestes a retornar novamente. Em meu último discurso sobre esse tema, alguns Deputados governistas me questionaram: *Mas, onde está sendo pago pedágio no Paraná?* *Zero de zero é zero.* Pois bem, no momento em lugar nenhum, com toda a certeza, pois os contratos se encerraram em novembro de 2021 e não por vontade do Governador Ratinho Junior, mas porque quando foram assinados previam, sim, o término, independentemente de quem estaria como Governador em 2021. Mas a verdade é que os pedágios voltarão e voltarão com mais 15 novas praças, fruto da vontade, sim, do Governador Ratinho Junior, que serão agora 42 praças que vão cercar o Paraná e esfoliar os paranaenses, *arrancar o coro.* Os editais estão em análise no TCU e já dois deles, antes mesmo de os pedágios existirem, tiveram autorização de aumento de quase 30%, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Como sempre, claro, às vésperas de eleições, tudo para, principalmente as coisas ruins pararam e infelizmente paramos até de falar sobre o pedágio. Mas, não parei, não, continuo falando e



vou continuar. Mas, por que param? Param porque a população esquece: *Vamos esquecer isso, vamos deixar para falar depois das eleições.* Não, temos que continuar falando, porque isso é uma coisa ruim que vai acontecer. Por isso que subo a esta tribuna para lembrar aos paranaenses que o pedágio foi um grande mal ao nosso Estado e que os pedágios voltarão ainda piores após as eleições. Guardem essas palavras, meus amigos! Vai voltar pior depois das eleições. Também subo a esta tribuna para lembrar que as concessionárias, que usurparam os paranaenses, que desviaram quase R\$ 10 milhões, conforme o Tribunal de Contas do Estado analisou, que estão com uma ânsia de voltarem, essas antigas pedageiras estão como uma ânsia de voltar aí para ganhar dinheiro do povo paranaense. Mas também subo para lembrar a essas pedageiras, que estão com vontade de vir com tudo aí, essas concessionárias, que graças a uma decisão do Tribunal de Contas do Estado e um processo de denúncia que protocolamos no Tribunal de Contas, as concessionárias foram declaradas inidôneas. Portanto, inclusive, no entendimento do TCU, elas não podem participar de qualquer licitação no País, tanto municipal, federal ou estadual. Os senhores sabem que o Governo declarou inidôneas as concessionárias, mas, do nada, sabe-se lá por qual motivo, do nada mesmo, a Controladoria-Geral do Estado revogou um ato de inidoneidade, deixando as concessionárias aptas a participarem de licitações. Inclusive, uma delas, dois ou três dias após a revogação desse ato, por parte da CGE, ganhou a licitação dos aeroportos aqui no Paraná. Como a CGE e o Estado foram bondosos, para não dizer, aqui, Sr. Presidente, omissos com as concessionárias, o nosso gabinete atuou para que o TCE fizesse o que o Estado não fez, impedisse essas concessionárias de ganharem uma nova licitação e continuar lesando aqui o povo paranaense. Para finalizar, quero informar que na última quinta-feira, dia 11 de agosto, informei oficialmente à ANAC e ao Ministério da Infraestrutura sobre a decisão do TCE no Paraná, enviando cópias das declarações de inidoneidade, para que caso algumas dessas concessionárias participem de leilões de aeroportos previstos para o dia 18 próximo agora que vai ter no País, mesmo que sejam desclassificadas por inidoneidade, essas empresas não podem participar de licitação nenhuma no Brasil. Passou da



hora de extirpar empresas sem índole de concessões públicas. Passou da hora de o Estado tratar com rigor essas empresas, que lesam e roubam os paranaenses. Passou da hora de o Governador entender que os paranaenses não querem pedágio no nosso Estado. Continuarei, sim, a minha luta, Sr. Presidente, contra essas concessionárias, contra os pedágios injustos que se pretende implantar aqui no Paraná. Por mais que queiram nos calar, não vamos nos calar. Vou continuar sempre subindo aqui e relembrando o povo paranaense dessas coisas ruins que aconteceram no Paraná, para que não voltem a atuar, aqui, principalmente, essas concessionárias que são réus confessos, que levaram mais de 9 bilhões do Estado do Paraná. Declararam, são réus confessos, fizeram acordo de leniência, mas, graças a uma decisão do TCE, elas não podem mais participar aqui no nosso Paraná de licitações, graças a uma ação nossa e tomara que entendam que no País inteiro. Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença do Vereador de Colombo, Anderson Prego, por solicitação do Deputado Professor Lemos. Seja bem-vindo. Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^os Deputados, Sr.^{as}s Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo que quero cumprimentar toda a população que acompanha esta Sessão, seja pelas redes sociais, pela *TV Assembleia* ou seja nos honrando com suas presenças aqui na Assembleia. Quero mais uma vez registrar a presença do Anderson Prego, funcionário de escola, Vereador do município de Colombo. Quero registrar também a presença do Vinícius, que é estudante do ensino médio, ensino profissionalizante, do Colégio Abraham Lincoln. Quero aqui também registrar a presença dos pais do Vinícius. Está aqui o Claudinei e a Mônica acompanhando o Vinícius, que também são de Colombo. Também registrar a presença do Igor, que é estudante também do Colégio Abraham Lincoln, em Colombo, e dos seus pais Anderson e Rosane, que estão o acompanhando



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

hoje durante a Sessão. Quero cumprimentar o Sr. João, que é o pai do Vereador Anderson Prego, que também está aqui, um membro da comunidade de Colombo, a Mareci, que também está aqui conosco, de Colombo, e o Joaquim Haus, que é também aqui da região metropolitana, está presente acompanhando a Sessão de hoje. Quero, inicialmente, mais uma vez, render homenagens aos nossos colegas professores, professoras, funcionários e funcionárias de escolas e também ao motorista que morreu em um acidente trágico, na última quinta-feira à noite. Quero registrar aqui, com muito pesar, mais uma vez, a Andreia Lemes Santana, de Barra do Jacaré, uma funcionária de escola; a Aparecida Lucia Cunha, também da Barra do Jacaré, sempre a chamávamos de Doquinha; a Lucilene Prates Tomas Saidler, funcionária de escola também de Santo Antônio da Platina; do Ederson Camiloti, professor de Santo Antônio da Platina, lá conhecido como *Pretinho*, o *Neguinho*; também registrar a Silvia Regina Gomes, professora, esposa do Edson Camiloti, que também faleceu nesse acidente; da Joana D'Arc, professora também da rede estadual lá de Santo Antônio da Platina; e o Miguel Henrique de Souza, de Jacarezinho, o motorista do ônibus. Foram sete vítimas fatais. Ainda estamos com três colegas fazendo tratamento, estão hospitalizados. Queremos que eles se recuperem o quanto antes, para voltarem à vida normal. Então, os nossos sentimentos, os nossos pêsames às famílias enlutadas, aos amigos e também à educação do Paraná. Todos os educadores e educadoras do Paraná estão de luto. Inclusive, hoje, a APP-Sindicato está com as portas fechadas, em luto, pela morte desses companheiros e dessas companheiras que caminham conosco há muitos anos. Deputado Tercílio, sou professor já há 40 anos no Estado do Paraná. Há quase 40 anos caminhando aqui com os colegas na defesa da escola pública, na defesa da carreira dos nossos professores e professoras, dos nossos funcionários e funcionárias de escola. Eles estavam vindo para uma Conferência de Educação, organizada pela APP-Sindicato e para uma Assembleia de Deliberação, inclusive, de mobilização, até por conta de demandas da categoria: promoções, progressões na carreira, direito de receber o quinquênio, os anuênios, direito à data-base. Direitos que são... (É retirado o som.)



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Vou usar o Grande Expediente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. O Grande Expediente?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Sim.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Então, estavam vindo para participar de um debate da educação, dos rumos da educação no Paraná e também de defesa das reivindicações. Essas reivindicações são conhecidas nossas aqui, promoções, progressões de carreira, anuênio, quinquênio, data-base. Então, essas reivindicações todas precisam ser atendidas. Queria aqui mais uma vez dizer que a maior homenagem que podemos fazer a esses colegas, que perderam uma vida lutando, é continuarmos empunhando a bandeira que eles sempre empunharam, defendendo uma educação de qualidade, a defesa da carreira, a defesa das condições de trabalho e de salário, para professores e professoras, funcionários e funcionárias de escolas. Então, mais uma vez, os nossos sentimentos às famílias enlutadas, à educação e aos educadores e educadoras do Paraná. Senhor Presidente, também recebemos aqui na Assembleia hoje, pais, estudantes e lideranças do município de Colombo. São estudantes do Colégio Abraham Lincoln, o Igor, o Vinícius, que estão acompanhados dos pais, estão acompanhados também de outras lideranças do município, como, por exemplo, o educador Anderson Prego, que é Vereador do município de Colombo. Qual é a reivindicação dos pais de Colombo e dos demais municípios cujos colégios com ensino profissionalizante estão oferecendo aulas por televisão em um contrato que a Secretaria da Educação fez com a Unicesumar, essas aulas por televisão, elas não estão alcançando o



objetivo que é a aprendizagem com qualidade. Há uma revolta geral, já tivemos colégios que conseguiram a suspensão dessas aulas por televisão, e os professores foram contratados. É o caso do colégio de Cascavel, do antigo Polivalente, quando era Polivalente estudei nele lá em Cascavel, ele foi transformado em CEEP, em Centro de Formação Profissionalizante, e lá os pais, com os estudantes, com o apoio da comunidade, conseguiram que as aulas por televisão fossem suspensas, os professores foram contratados, os professores estão entrando em sala, os estudantes estão aprendendo com qualidade, mas restam ainda 445 colégios que o Governo está teimando em manter as aulas por televisão, sem a presença do professor e da professora. E aí recebo hoje aqui na Assembleia a visita dos estudantes e dos pais da comunidade de Colombo, que escreveram esse documento com o título: *Aula presencial, abaixo-assinado*. Passo à leitura desse documento. “Nós, alunos, pais, professores, comunidade em geral, demais cidadãos colombenses e paranaenses, acreditamos em uma educação pública de qualidade, com formação profissional de verdade. Acreditamos em uma educação pública que realmente forme profissionais por meio de metodologias adequadas aos nossos tempos, com o uso da tecnologia e com a presença do professor para mediar o processo de aprendizagem de cada aluno. Constatamos que sem a presença do professor, sem aulas presenciais, os cursos profissionalizantes ofertados pela rede estadual de ensino acabaram se tornando *fake* no seu resultado, mesmo com os esforços dos estudantes e dos profissionais das escolas, tentando suprir as lacunas de aulas ofertadas pela televisão e outros meios. Portanto, se você pai, aluno, comunidade escolar, cidadãos em geral, concorda com essa causa, aulas presenciais para os cursos profissionais, assine esse abaixo-assinado e ajude a divulgar. Vamos mobilizar toda a comunidade escolar e espalhar essa ideia para toda a região metropolitana e do Estado do Paraná, fazendo ecoar nossa voz, até que chegue ao Governo Estadual. A Seed repense esse modelo de ensinar, reveja o contrato com a Unicesumar e disponibilize professores e professoras para que os alunos tenham aulas presenciais e de fato tenham uma formação profissional de verdade e que atenda ao mercado de trabalho”. Então, esse é um documento



construído pelos pais de Colombo e que já está também recebendo assinaturas *on-line* em todo o Estado do Paraná. É uma preocupação grande. Quero aqui também dizer à comunidade e aos pais e estudantes de Colombo que nós aqui na Assembleia fizemos esse debate, fizemos um requerimento no dia 23 de março, dirigido ao Governador e ao Secretário de Educação, elencando os problemas enfrentados pelos estudantes com esses cursos por televisão e solicitamos ao Governo a contratação de professores para estarem presentes nas salas de aulas, como vocês estão pedindo, e que o Governo suspenda esse contrato com a Unicesumar, porque ele não beneficia a aprendizagem dos nossos estudantes, faz mal à aprendizagem. O Governo não respondeu ainda, estamos cobrando. E aproveito este momento para solicitar uma resposta o quanto antes do Governo. Também encaminhamos ao Ministério Público, porque essa preocupação está presente nos mais variados municípios do Paraná. Fizemos Audiência Pública aqui e participou, naquele momento foi virtual, mas participaram pais, estudantes de Pato Branco, de Francisco Beltrão, de Cascavel, de Londrina, de Curitiba, de várias cidades do Paraná, de Coronel Vivida, Deputado Ademar Traiano, todas as escolas em uma voz uníssona contrária à aula por televisão. Os alunos estão dizendo que não têm condições de aprender. Imagina, Deputado Tadeu Veneri, em uma sala, com a presença nossa de professores, sou professor, mesmo com a nossa presença em sala de aula, uma sala com 35, 40 estudantes, você tem que fazer um esforço muito grande. Agora, sem a presença do professor, uma televisão na frente, é impossível de acontecer aprendizagem com qualidade. Quando os pais e os estudantes de Colombo escrevem aqui que é *fake*, estão corretos. Essa mentira tem que acabar no Paraná. Quero cumprimentar os pais e estudantes de Colombo que aqui estão levantando essa bandeira ao lado dos demais pais e alunos pelo Paraná afora. Chega de mentira. Essa mentira tem que ser extinta das escolas do Paraná. Isso não é aprendizagem. Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Obrigado, Professor Lemos. Gosto sempre de lembrar, Professor Lemos, que quando foi feito o contrato com a Unicesumar,



as pessoas já tinham elaborado, algumas escolas já tinham elaborado inclusive os cursos técnicos, os professores tinham elaborado os cursos técnicos, e algumas escolas concordaram em ter os cursos técnicos, até porque entenderam que abria um espaço a mais para que oportunizasse a esses alunos terem de fato cursos de qualidade. O que estamos vendo é exatamente o contrário. Primeiro que não são professores regulares que dão aulas, são alunos, ou ex-alunos que são monitores, pessoas que têm 17, 18, 19 anos, que têm que controlar uma turma de 30, 40 alunos, que sabemos que é absolutamente impossível. Segundo, cada um dos professores, Professor Lemos, da Unicesumar, que são professores que não têm absolutamente nenhuma culpa da busca de lucro que a Unicesumar está fazendo com o Governo do Estado, que é o responsável por isso, tem que cuidar de 700 alunos simultaneamente. Terceiro, que acho que é tão evidente quanto isso que o senhor está falando, e aí aproveito para parabenizar os pais de Colombo, que sirva de exemplo para outras escolas, é que a Unicesumar não tem absolutamente nada a ver com aquilo que tinha até um ano atrás. A Unicesumar foi comprada pela Uniasselvi, que é um grupo educacional, em tese de Indaial, Santa Catarina, e esse grupo Uniasselvi faz parte do Grupo Vitrus, Grupo Vitrus que é um grupo de investidores americanos. Ou seja, a Unicesumar hoje faz parte de um grupo que tem ações listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque e que tem por objetivo o lucro, lucro para os seus acionistas. O Estado do Paraná, o Governador Ratinho, está fazendo nada mais nada menos do que transferir recursos do estado do Paraná para os acionistas nos Estados Unidos e com isso desestruturando a educação do Paraná a cada dia. A terceirização que está acontecendo na educação do Paraná é algo que nunca foi vista na história e que levará talvez décadas para ser recomposta. Não adianta colocar o *Educatron* na sala, que é aquela estrutura de ferro com computador e uma televisão, se você não tem condições de dar minimamente, minimamente apoio aos alunos, que em uma hora como essa precisam de alguém que lhes tirem a dúvida. O que fazem? Bloqueiam o aluno. Então, parabéns pela sua intervenção. Parabéns pelos pais. E, como falei, que sirva de exemplo, Pato Branco fez assim, Cascavel fez assim. E a



impressão que dá, Professor Lemos, é que esse Governo age conforme aperta. Quando aperta, entrega. Se não apertar, vai levando. Então, que comecem apertar em todas as cidades onde esse simulacro de ensino, porque é um simulacro de ensino profissionalizante, está, em tese, acontecendo, quando, na verdade, é só transferir recursos dos paranaenses para os acionistas americanos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero agradecer a intervenção de Vossa Excelência, que contribui com a nossa fala aqui na defesa da educação pública de qualidade no Estado do Paraná. Quero fazer um apelo aqui ao Deputado Marcel Micheletto, Líder do Governo e também Presidente da Comissão de Educação aqui da Assembleia, para que possamos conversar com os pais, com os estudantes que aqui estão, na sequência, para que possamos encaminhar de forma concreta essa vontade dos pais dos estudantes de terem professores para dar aulas presenciais nos cursos profissionalizantes dos 445 colégios, incluindo o Abraham Lincoln, de Colombo. Quero aqui também, neste tempo que nos falta, quero aqui, Deputado Tadeu Veneri, agradecer a V.Ex.^a pela parceria na construção da Audiência Pública que fizemos hoje, rememorando os 21 anos da luta vitoriosa do povo do Paraná contra a venda da Copel. Foi no dia 15 de agosto de 2001 que este Plenário estava há 21 horas, foi a maior Sessão que já teve na história deste Parlamento, para votar o Projeto popular para suspender a lei aprovada aqui para vender a Copel. Para suspender a lei que permitia vender a Copel. E a comunidade se mobilizou, os estudantes em grande maioria vieram para a Assembleia, inclusive, tomaram a Assembleia naquele dia. E aí, evidentemente, não avançou a venda da Copel. E a Copel continua sob domínio público. Claro, com alguns problemas que vamos discutindo aqui na sequência, mas continua como empresa pública do Paraná. É a maior empresa que temos. Então, hoje a Audiência Pública foi marcada com o lançamento desse livro *Copel é nossa, uma história de orgulho dos paranaenses*. Esse livro tem como autor o Professor Sergio Inácio Gomes, que também foi dirigente do



Senge, Sindicato dos Engenheiros do Paraná, hoje é professor do Instituto Federal lá em Paranavaí, evidentemente com a presença... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir, Sr. Presidente. Com a presença de muitas lideranças, dos sindicatos, como Senge, sindicatos dos professores, sindicatos dos trabalhadores da Copel, os mais variados sindicatos, também com a presença do Crea/PR. Então, foi um debate muito importante. E esse livro é muito importante, porque conta a história da Copel e a luta para que ela permaneça como empresa pública nas mãos do povo do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Requião Filho.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados. É claro que começo expressando os meus sentimentos, meu pesar pela morte dos nossos educadores no acidente que tivemos na sexta-feira passada, mas o assunto que me traz aqui é tão triste quanto. Já dissemos reiteradamente que a Polícia Militar está doente. Avisamos, as escalas estão extenuantes. É impossível um policial militar cumprir as horas que estão sendo exigidas dele e ter uma qualidade de vida, no mínimo, digna. A Polícia está doente e não são casos isolados. Nesse final de semana, três policiais militares atentaram contra sua própria vida. Um deles, o Soldado Luciano, teve êxito, cometeu suicídio. E daí dizem as propagandas que tudo vai bem. Dizem as propagandas do Governo que a Polícia está ótima, que é a Polícia mais bem paga do mundo. Quando, na verdade, nos estados do Sul temos a menor média e pagamos uma média salarial abaixo da média nacional. Os nossos policiais trabalham de 60 a 100 horas por semana. Isso não é humano. *Ah, mas tem um programa de apoio aos policiais, o Prumos.* Que nenhum policial teve acesso, Soldado Fruet, como conversávamos antes aqui e que se encerra daqui a um mês e meio, o



convênio com os psicólogos e psiquiatras chega ao fim. A Polícia Militar está doente e não há propaganda neste Estado que mude essa realidade. Policial precisa de tempo para descansar. Policial precisa de expectativas de progressão na sua carreira. Policial precisa de um salário digno. Policial precisa de treinamento e condições de trabalho. Não são algumas motos BMW ou viaturas locadas que vão mudar a realidade da Polícia do Paraná. Não são aberturas de batalhões para criar cargos de oficiais que vão mudar a realidade dos Praças. A Polícia Militar está doente e precisa de ajuda. Tenho certeza de que essa ajuda chega, mas só depois do dia 2 de outubro. Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Também quero registrar aqui nossos sentimentos, nossa solidariedade a todas as famílias dos nossos professores, professoras, funcionários da educação do nosso Estado do Paraná, que, infelizmente, perderam suas vidas no trágico acidente acontecido na noite de quinta-feira na BR-376. Fica nossa solidariedade também a toda comunidade escolar e APP-Sindicato. Lamentável, porque os professores que vinham, e funcionários de escolas que vinham para Curitiba, vinham, justamente, para continuar e luta por seus direitos e a luta na defesa da educação pública de qualidade. É muito triste este momento. E fica aqui, então, a nossa solidariedade a todos os familiares das vítimas. Também, Sr. Presidente, quero me somar aqui à preocupação do Deputado Professor Lemos naquilo que se refere ao novo ensino médio já colocado em prática aqui no Estado do Paraná. Nossa solidariedade também e nosso compromisso de estarmos juntos nessa luta, porque sabemos o quanto isso é prejudicial aos nossos alunos. Tanto é que vemos aqui os pais acompanhando seus filhos para que o Governo note que não pode dar continuidade a essa forma, essa nova forma do ensino médio, Deputada Mabel. Sabemos que os alunos estão protestando contra isso porque



sabem que não é um ensino de qualidade. Não querem um ensino técnico a distância. Além de questionar muito a forma como a Unicesumar vem dando esse curso, as novas disciplinas, o novo curso do ensino médio, sabemos que isso é bem questionável com relação à própria profissionalização dos nossos jovens, dos nossos adolescentes. E, lamentavelmente, Sr. Presidente, mais um assunto que nos traz aqui, e falo que é muito triste vir falar sobre isso. Mais uma vez, Deputada Mabel, vimos falar aqui da violência que ocorre contra a mulher. Falo porque vejo que o Estado continua inoperante. O Governo do Estado, o Governo Ratinho Junior continua assistindo à violência, continua assistindo ao feminicídio acontecendo no nosso Estado do Paraná e não vejo tomar nenhuma atitude. Não vejo nenhuma ação por parte do Governador. Hoje, Deputado Traiano, ou seja, na noite de ontem, mais uma mulher foi assassinada em Francisco Beltrão por seu companheiro, por seu esposo. E temos visto isso seguidamente. Só nesse ano tivemos entre o mês de março até agora quatro mulheres que foram assassinadas no município de Francisco Beltrão. Isso se olharmos o sudoeste, Deputado Goura, esse número ampliou e muito, cresceu e muito, é assustador. É um número de feminicídio que vem acontecendo na região sudoeste e na região Oeste. É lamentável que mesmo com toda a divulgação que buscamos fazer com relação a leis que amparam as mulheres que estão sendo vítimas de violência, mesmo assim esse número continua crescendo e é assustador. E por isso que a gente vem cobrar, nesta tribuna, mais uma vez cobrar do Governo do Estado. Cobrar porque todas às vezes que subi aqui, todas às vezes que vejo a Deputada Mabel, a Deputada Cristina subir à tribuna e cobrar que o Estado faça alguma coisa, que o Estado tenha alguma ação no sentido de combater, de fazer enfrentamento à violência contra a mulher, não vemos nenhum sinal por parte do Governo do Estado. É lamentável que não aconteçam também, nesta Casa, aprovação dos projetos que temos aqui. São inúmeros projetos que visam buscar o enfrentamento à violência que ocorre contra a mulher. São inúmeros projetos, inclusive desta Deputada, do Deputado Arilson que solicita uma sala de atendimento especial nas delegacias dos municípios, para atendimento às mulheres vítimas de violência. Projeto já desde 2019 protocolado nesta Casa, ainda não veio para



votação, ainda nem passou na CCJ. Vejo que tem inúmeros projetos que são importantes e que vão salvar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Luciana, um minuto para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): São Projetos importantes que, com certeza, vão salvar a vida de muitas mulheres. Precisamos divulgar e fazer mais campanhas para que as mulheres possam saber onde procurar apoio. As mulheres precisam encontrar apoio e precisamos de casas, que sejam construídas mais casas de apoio às mulheres vítimas de violência. Precisamos divulgar mais o 180 para que as mulheres possam pedir esse socorro. Infelizmente é triste subirmos, quase que toda semana, para falarmos da violência que ocorre contra as mulheres paranaenses. Não estamos nem aqui falando da violência que ocorre contra as mulheres brasileiras. Estamos falando da violência que ocorre contra as mulheres no nosso Estado do Paraná. É assustador! E o Governo não pode continuar simplesmente assistindo essas mulheres sendo assassinadas. Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, membros da Mesa Diretora. O que me traz hoje aqui, primeiramente, é o que já o Professor Lemos e todos sabemos desse acidente, tão triste. Então, os meus sentimentos. Quero falar neste momento, na Tribuna, da Alep, sobre um programa especial do leite para as crianças. Se me permite: deixa eu pegar uma ajuda para os olhos, olha aqui. Essa lei é a Lei 16.385, de 25 de janeiro de 2010. E que Lei é essa? É o leite para as crianças especiais. As nossas APAEs necessitam muito que o leite seja estendido para além da idade hoje predeterminada. Conversei com uma mãe na sexta-feira, se não estiver errado ela é de Cedro, Bairro Cedro, lá em Antonina. Recebi o áudio, por meio do meu amigo Alisson, onde ela fala: *Pede*



ao Deputado Galo para falar com o Governador para que a extensão do leite para os apaeanos, que seja estendida a idade. Porque, lamentavelmente, há uma Lei que diz: tem certa idade. A partir dali, esse programa cessa a doação do leite. E para as famílias que têm uma criança especial na Apae, por exemplo, elas serão sempre crianças. Como tenho certeza de que o Governador Ratinho Junior tem um amor especial pela causa da Apae, é que estou enviando um requerimento ao Ex.^{mo} Sr. Governador, pedindo a ele a ampliação do Programa *Leite das Crianças*. Nesse caso, Sr. Presidente Traiano, o *Leite para as Crianças* da Apae, os apaeanos, crianças especiais, que V.Ex.^a já apadrinhou tantas vezes como os demais membros da Mesa Diretora, as Apaes por esse Paraná afora. Então, o que estou pedindo aqui não cabe apresentarmos um Projeto de Lei, até porque ele pode onerar as finanças do Estado do Paraná. Então, já fui alertado. Não! Não pode ser uma lei, não pode tentar ser um Projeto de Lei, mas podemos pedir, sim, por meio de um requerimento, onde conto com a sensibilidade do Ex.^{mo} Sr. Governador, desta Casa de Leis, dos nossos colegas, as Deputadas e os Deputados que são sensíveis a essa causa, inclusive a Mesa Diretora, para que possamos sensibilizar o Governador a estender esse Programa Leite para Crianças Especiais, porque há uma data de idade. Chega na idade, para. Mas as crianças continuam necessitando do leite pelo longo tempo da sua vida, porque, para as mães, Deputado Gilson, nosso pastor querido, sabe bem do que estou falando, as crianças continuam sendo crianças independentemente da idade, são crianças especiais e essas crianças normalmente as suas mães trabalham, lutam no dia a dia. São pessoas simples, de pouco dinheiro. Então, esse Programa, essa extensão desse Programa – espero que seja lícito – para que possamos ter a sensibilidade do Governador, leite para as crianças especiais, pelo tempo que for necessário. Era isso, Sr. Presidente. Vida longa. Presidente Traiano, já terminei minha participação aqui e o senhor nem ouviu!

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): *Pela ordem, Presidente.*



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem,
Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Apenas a título de informação para o Deputado Galo. Deputado Galo, pelo que consta aqui na Assembleia Legislativa, o *Leite das Crianças* foi criado por um Projeto do então Deputado Neivo Beraldin. Então, o senhor também teria competência para apresentar um Projeto, porque acho que é extremamente importante o *Projeto Leite das Crianças*. Eu mesma tenho dois projetos sobre o programa leite, também alterando para 72 meses até os seis anos. Então, se o senhor quiser se somar aos nossos projetos e ampliarmos, tenho a certeza de que o senhor tem competência, porque a lei que criou o programa foi de um Deputado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Traiano, demais membros da Mesa Diretora desta Casa, Deputadas, Deputados, a todos que nos acompanham. Quero inicialmente me somar às homenagens feitas, de forma muito especial pelo Deputado Professor Lemos, com relação aos professores e educadores de escolas que foram vitimados, alguns ainda em estado grave em hospitais. Desejo às famílias os meus sentimentos, muita força e muita fé. Hoje quero abordar um tema fruto de uma reunião que tive agora cedo com o Reitor da Universidade Federal do Paraná, o Professor Ricardo. Fui lá acompanhado do Presidente da FEP, que é a Federação Ecumênica do Paraná, e fomos discutir a realização de convênio, com o Hospital de Clínicas, e também com setores de pesquisa lá da Universidade Federal, para que possamos fortalecer a realização do Teste do Pezinho, ampliando os parâmetros desse Teste aqui no Estado. Sou autor de uma emenda que colocou no Orçamento R\$ 3 milhões para esse fim e a informação da Sesa, dita pela assessoria do Secretário Cesar Neves, diz que daqui a poucos dias será assinado esse convênio aditivando o que a FEP recebe, porque precisamos fortalecer esse importante trabalho que a FEP faz. A FEP



inclusive faz o texto do pezinho para Santa Catarina, tal é a eficiência e a estrutura da FEP. Só que é necessário ampliar essa estrutura, é necessário avançar nesse processo, um processo que salva vidas, que melhora a qualidade de vida principalmente de pessoas com doenças e síndromes raras. Todos sabemos que o diagnóstico precoce fortalece o tratamento e isso vai trazer resultados. Saímos muito bem impressionados da reunião, sentimos no Reitor da Universidade Federal e na sua assessoria uma vontade muito grande de estabelecer rapidamente o grupo de trabalho e tenho certeza de que vamos fortalecer essa ação apoiando a FEP e com esse centro da cultura nacional e orgulho de todos nós aqui do Paraná, que é a Universidade Federal do Paraná. Temos que manter no nosso País, no nosso Estado, o conhecimento, o saber. Não devemos nada para País do mundo com relação aos nossos cientistas, aos nossos profissionais. E, de forma muito especial, sem demérito das universidades privadas, mas as universidades públicas, tanto as estaduais do Paraná quanto a Universidade Federal, são universidades onde você tem uma concentração, o desenvolvimento e a vanguarda da pesquisa neste País, só que perdemos tudo isso para o exterior porque não há uma continuidade no sentido de que possamos, em cima desse conhecimento, desenvolver, produzir e receber. Tem universidades aí que nem conta própria os setores que trabalham com o desenvolvimento de produtos, de insumos e de tecnologia podem receber! Então, precisamos mexer nisso, precisamos dar agilidade e condições para que a inteligência deste Estado e deste País seja colocada a favor deste Estado e deste País. Espero que este convênio avance. Tem também uma discussão sobre cedência de espaço lá no Centro Politécnico, que a FEP, para quem conhece, é ali próximo, bem vizinho, para que a FEP possa buscar esses recursos e também ampliar os seus serviços. Muito obrigado, Presidente. Bom trabalho a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): No Grande Expediente, Deputado Anibelli Neto.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Anibelli Neto.



DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Senhor Presidente, Sr.^s membros da Mesa Executiva, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas, funcionários desta Casa e amigos que nos assistem pela *TV Assembleia*, quero inicialmente também, em meu nome e de minha família, dizer da tristeza com o ocorrido com os professores, algo que ninguém imaginava, mas que infelizmente aconteceu, como todos que estão nas rodovias sujeitos a alguma coisa. Mas, a luta tem que continuar! E o motivo, Sr.^s e Sr.^{as} Parlamentares, de estarmos nesta segunda aqui na tribuna é para elogiar a atitude de brasileiros de verdade. Falo especificamente da Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito. Começo contando uma história, que em agosto de 1977, em meio às comemorações do sesquicentenário de fundação dos cursos jurídicos no País, o Professor Gofredo da Silva Teles Júnior, no território livre do Largo de São Francisco, leu a Carta aos Brasileiros, que denunciava a ilegitimidade do então Governo militar e o estado de exceção em que vivíamos. Conclamava também o restabelecimento do estado de direito e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Nesse dia, Deputado Goura, último dia 11 de agosto, que, além da comemoração do Dia do Advogado, fez 45 anos depois, no mesmo Largo São Francisco, com inspiração no manifesto de 77, foi lida a Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito, elaborada, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares, pela Faculdade de Direito USP durante o ato Manifestação em Defesa da Democracia e do Estado Democrático de Direito Sempre, com participação de juristas, políticos, movimentos sociais, entidades e representantes da sociedade civil. Além da carta da USP, o Manifesto em Defesa da Democracia e da Justiça, organizado pela Fiesp e que teve a adesão de 107 entidades que participaram e assinaram. A carta reafirma a confiança em nosso sistema eleitoral, condena os ataques às instituições da República, às insinuações de desacato ao resultado das eleições e aos questionamentos à lisura do processo eleitoral e ao estado democrático de direito, tão duramente conquistado pela sociedade brasileira. Também provoca a população a ficar alerta na defesa da democracia e do respeito ao resultado das eleições, afirmando que no Brasil atual não há mais espaço para retrocessos autoritários, que ditadura e tortura pertencem ao



passado e que a solução dos imensos desafios da sociedade brasileira passa necessariamente pelo respeito ao resultado das eleições. Com mais de 900 mil signatários, o documento elaborado pela Faculdade de Direito da USP teve adesão maciça da população, contando com a assinatura de professores, alunos, 12 Ex-Ministros do STF, banqueiros, membros da sociedade civil e a grande maioria dos candidatos à Presidência, sendo que a candidata do MDB, Simone Tebet, fez questão de assinar a carta e reafirmar o seu compromisso com a democracia, contra a ditadura. Trata-se de um importante movimento que, pelo seu grande alcance, reafirma o compromisso da grande maioria da população com a democracia e com o respeito ao resultado das eleições. Amanhã, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares, começa oficialmente a campanha eleitoral. Isso significa, do ponto de vista prático, Deputado Tadeu Veneri, uma grande festa da democracia, onde teoricamente os candidatos fazem as suas propostas, levantam as suas bandeiras, dizem o que pretendem caso sejam eleitos. Em contrapartida, aqueles que já têm o privilégio de ter um mandato popular têm que prestar contas, Dr. Batista, do que fizeram, como fizeram o enfrentamento, quais leis aprovaram, em quais votações estiveram a favor ou contra. Isso, graças a Deus, é possível graças à nossa democracia. Quero aqui saudar o Presidente Nacional do MDB Trabalhista, meu particular amigo Maradona, que veio de São Paulo para o ato que fizemos enquanto Presidente Estadual do MDB, darmos posse ao novo Presidente do MDB Trabalhista, que é o parceiro Alexandre Donizete Martins, que também se faz presente em nossa Casa. Sejam muito bem-vindos. Guerreiros de outras lutas, amigos da democracia, cidadãos que acreditam na política como forma de melhorar a vida, principalmente dos que mais precisam. Quero acreditar que esta campanha será de propostas, de argumentos, de enfrentamentos para que possamos efetivamente ter a possibilidade de, a cada eleição, melhorar a qualidade dos Parlamentares, dos Senadores, dos Governadores, dos Vice-Governadores, enfim, daqueles legítimos representantes da população. Se algumas pessoas dizem que não querem mais votar, quando se faz o cadastramento, mais de 2 milhões de jovens fazem questão de fazer o seu título eleitoral, o que significa que, apesar de tudo, acreditam na política,



acreditam na democracia, respeitam o sistema eleitoral. Isso faz com que acreditemos na luta para continuarmos cada um com a sua história, com a sua biografia, tentando honrar aquela população que acredita na sua causa. Por isso, não poderia deixar, nesta segunda-feira, de saudar todos aqueles que acreditam na democracia, que fizeram favoravelmente o manifesto, a Carta aos Brasileiros e às Brasileiras e encerro dizendo: Viva a nossa democracia! Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Deputadas. Boa tarde, Deputados. Também quero externar os meus sentimentos aos professores, aos familiares dos professores que faleceram nos últimos dias. Hoje, Sr.^s Deputados, hoje é o *Dia da Gestante*, Deputado Tercílio. Dia das Mulheres que trazem os filhos ao mundo, que trazem o maior bem que, nós, enquanto, mães e pais temos, que são os nossos filhos e que trazem o nosso futuro também, os nossos futuros cidadãos. Aqui, nesta Casa, temos lutado e trabalhado bastante pelas gestantes, por meio dos Projetos de Lei. Aprovamos, por exemplo, a lei que garante a presença das doula nas maternidades, a pedido das gestantes, Deputada Luciana, aprovamos a lei que garante os canais de denúncias para a violência obstétrica, que infelizmente temos visto diariamente não só em nosso Estado, mas em todo o País. Temos hoje, por exemplo, em Redação Final, um Projeto meu e da Deputada Cristina, que define a questão do acompanhante de pré e pós-parto, porque infelizmente algumas vezes as maternidades e hospitais estão negando esse direito. Temos a Lei do Parto Adequado, que é uma lei de minha autoria, que foi o primeiro Projeto que apresentei aqui nesta Casa e que se tornou lei em 2020, que garante o direito de escolha para as gestantes, de risco habitual, de escolherem tanto o parto normal, quanto a cesariana. Então, há dois anos e meio uma lei que está em vigor aqui no Estado do Paraná e que, claro, diariamente, lutamos para que seja cumprida. Temos também outros projetos aqui tramitando em relação às gestantes.



Vimos na semana passada o Projeto da Laqueadura sendo aprovado no Senado e indo agora à sanção presidencial, um Projeto semelhante que tínhamos aqui também tramitando nesta Casa. Mas hoje quero falar sobre aqueles que estão tentando impedir um direito que conquistamos para as gestantes aqui nesta Casa, o direito de escolher a via de parto. Como disse a vocês, faz dois anos e meio que essa lei está valendo aqui no Paraná, mas, há mais ou menos uns dois meses, tivemos a propositura de uma ADI, uma Adin, no Tribunal de Justiça, contestando a nossa lei, a lei que conquistamos para as nossas gestantes. O Ministério Público, a pedido da Defensoria Pública de Londrina, aqueles que deveriam zelar pelos direitos dos cidadãos paranaenses, protocolaram essa ADI. A Sesap, no último mês, regulamentou a lei. Regulamentou a lei que era um pedido de muito tempo que tínhamos também, e definiu os parâmetros de uso da lei. Além do mais, a própria lei já definia, já definia, que não é simplesmente chegar lá e escolher, tem requisitos para utilizar a lei. Primeiro que as gestantes têm que receber as informações sobre os tipos de parto. Depois que elas só podem realizar se escolherem cesariana a partir de 39 semanas de gestação, que é quando há um momento seguro para o nascimento dos bebês. Elas têm que ter feito todo o pré-natal, consultas, exames, tem que assinar um termo de responsabilidade e só é gestante de risco habitual, Deputado Doutor Batista, porque as gestações não têm intercorrência. Foi um cuidado que tivemos aqui nesta Casa, porque justamente não queríamos que as gestações de risco intermediário e as de alto risco, principalmente, que demandam situações a serem analisadas pelos profissionais da saúde, pudessem de fato ser escolhidas a via de parto. Então, tomamos esse cuidado aqui na Assembleia. A Defensoria e o MP alegam, inicialmente, que o Estado não tem competência para legislar sobre a questão de saúde, mas isso está errado. Tanto União, quanto estados têm competência concorrente para legislar sobre as questões de saúde. Inclusive, uma própria decisão do STF, do dia 30 de junho de 2021, do Ministro Lewandowski, fala justamente sobre essa competência e sobre um caso extremamente semelhante à Lei do Parto, que foi a lei de São Paulo proposta pela Deputada Estadual Janaína Pascoal. Lá, Deputado Doutor Batista, a lei é bem mais



agressiva do ponto de vista legal, porque ela é permitida a todos. Aqui, como já disse, tomamos cuidados na propositura da lei. Lá, o Ministro Lewandowski já disse: “É competência, sim, e a lei passa a valer novamente em São Paulo”. Também argumentam que o direito de escolha da mulher acabaria incentivando mais as cesarianas, o que iria de encontro às recomendações da OMS, para diminuir o número de cesárias em todo o mundo. Mas é preciso analisar que não podemos nunca obrigar ninguém, temos que incentivar. Sou totalmente a favor de os hospitais, de os profissionais da saúde incentivarem, sim, o parto normal, porque ele é natural, nele não existe a cirurgia, ele é muito bom para as mães, mas para as mães que podem ter parto normal. Para as mães que têm o seu parto, que evoluí o parto e também para as que querem, porque ninguém pode ser obrigado, principalmente, no momento de ter um filho, de ser obrigado a fazer algo que não quer. Trata-se de escolha, não de imposição. O duro nisso tudo é que não vi Ministério Público ou Defensoria ou quem quer que seja contestar, por exemplo, o direito de escolha das mães do sistema privado de saúde, das que podem pagar um médico particular, das que podem ter um convênio. Aqui está se contestando, Deputado Gilson, o direito das mães do SUS, das que não podem pagar, das mulheres pobres deste Estado. Isso é um absurdo, porque não é condição financeira que tem que diferenciar uma mãe da outra, uma família da outra. Isso é arbitrário, fere, inclusive, o princípio da igualdade previsto na Constituição. Olhem, não coloco, não vou generalizar todos os Promotores, todos os Defensores porque, inclusive, há discordância entre eles. O Ministério Público de Cascavel, por exemplo, entrou com uma ação na Justiça para garantir o direito de escolha das mães lá em Cascavel. Mas não vejo esses que estão querendo retirar o direito das nossas mãezinhas, lutando, por exemplo, na questão da violência obstétrica. Na última sexta-feira recebi uma ligação do Deputado Boca Aberta me contando sobre um caso que aconteceu em Londrina. Uma mãe que sofreu todo tipo de violência obstétrica, o caso foi muito triste. Ela pediu a cesárea, falava sobre a lei lá no ano passado. Chegou ao momento, eles induzindo, induzindo, ocitocina e indução, indução, aquele parto não evoluía, isso já não é mais parto normal, já se torna parto anormal. Por último, eles, Deputada



Luciana, enfiaram um extrator dentro dela para retirar o bebê. Na hora em que eles foram retirar o bebê, eles viraram o pescoço dele e esse bebê veio a óbito. Foi isso que essa mãe passou lá em Londrina. Não vi ninguém indo lá defender essa mãe. Não vi! Como disse, não sou contra o parto normal, acho que ele é fantástico para as mães que podem ter, mas sou contra o parto normal, quando sou a favor do direito de escolha das mulheres escolherem, principalmente, porque é o momento mais bonito da nossa vida. Os dois momentos mais bonitos da minha vida foram quando os meus dois filhos nasceram. Tive condições de escolher. Por quê? Porque eu paguei. Mas isso, como disse, não pode ser a moeda de troca neste momento, e a mães do SUS precisam continuar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputada Mabel, para concluir, por favor.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Presidente, para concluir. Quero agradecer à Procuradoria da Assembleia Legislativa, Doutor Feltran, que fez uma defesa muito, muito oportuna, também a Procuradoria do Estado. Quero dizer que vamos continuar lutando pelas mulheres, enquanto estiver aqui vou continuar lutando pelos direitos, inclusive por esse direito da escolha. E queria na verdade desafiar aqueles que são contra, que me tragam um único caso, depois da lei, de uma mulher que veio a óbito, de um bebê que veio a óbito por causa de ter marcado uma cesariana eletiva, porque mostro do outro lado inúmeros e inúmeros casos de óbitos, de consequências e sequelas de mães que não tiveram a oportunidade de escolher.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Soldado Adriano José.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Boa tarde a todos. Subo à tribuna para dizer que desde o início do nosso mandato aqui na Assembleia Legislativa temos também trabalhado em defesa e avanço nas pautas dos nossos caçadores, atiradores esportivos e os nossos colecionadores. Recordo-



me que no início do nosso mandato o Governo do Estado colocou em prática um decreto que regulamentava a bonificação por apreensão de armas de fogo ilegal para os nossos profissionais da área da segurança pública. E nessa época houve todo um desentendimento no que diz respeito à lei federal com os caçadores, atiradores e colecionadores, e nós, por meio da nossa articulação e conversas com o Governador, esse decreto foi reformulado, atendendo ao que já existe e existia na época referente aos decretos federais. Apresentamos um Projeto de Lei também aqui nesta Casa que está na CCJ, que trata sobre a efetiva necessidade e o risco na atividade, que estamos trabalhando para que seja aprovado nos últimos dias, e recentemente fui procurado por uma pessoa que tenho a maior admiração e respeito, que é o meu amigo Diego Javali, de Jandaia do Sul, ele que é caçador desportivo, por meio dele quero cumprimentar e parabenizar todos os caçadores desportivos, e ele levou até mim as dificuldades enfrentadas por eles no que diz respeito à burocracia em prazos de documentos. Então, imediatamente apresentamos um Projeto de Lei, que está aqui em minhas mãos, que regulamenta prazos e reduz a burocracia para caça da espécie exótica invasora javali europeu em todas as suas formas, linhagens, raças e diferentes graus de cruzamento com o porco doméstico. Dizer que os artigos dizem o seguinte: “As pessoas físicas e jurídicas que executarem o controle de javalis deverão: I. Se cadastrar, encaminhar a programação das atividades previamente no Sistema Integrado de Manejo de Fauna, o Simaf, e solicitar autorização para o manejo de javali, que terá validade de dois anos. II. Estar previamente inscritas no cadastro técnico federal, CTF, de acordo com a regulamentação ambiental, que terá validade de dois anos. Artigo 3º Admite-se o uso de cães na atividade de controle, independentemente da raça, sendo a vedada a prática de quaisquer maus-tratos aos animais. Parágrafo 1º: O responsável pelos cães deverá portar atestado de saúde dos animais emitido por médico-veterinário e a carteira de vacinação devidamente atualizada. Parágrafo 2º: O atestado emitido por médico-veterinário de que trata o parágrafo 1º deste artigo tem validade de um ano a contar da data da sua emissão”. A partir de agora vamos trabalhar para que esse Projeto seja aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, em



todas as demais Comissões, e possa vir a Plenário para que possamos aprová-lo e possamos avançar, e muito, com os nossos caçadores desportivos, atiradores e caçadores. Um forte abraço. Muito obrigado. Seria isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Com a palavra, Deputado Ricardo Arruda.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Ricardo Arruda (PL); Tadeu Veneri (PT); Homero Marchese (REP); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas e a todos que nos acompanham aqui pela TV Assembleia e demais mídias. Bom, primeiramente vou pegar um gancho aqui da fala do meu colega, o Deputado Anibelli Neto, que falou a respeito da carta a favor da democracia, carta esta que virou uma piada em nosso País, carta esta que teve até fraude em assinatura. O empresário Skaf fez uma denúncia na polícia porque colocaram o nome dele e ele não assinou carta nenhuma. Essa é a carta da vergonha, carta que quer defender a democracia por quê? Está em risco a democracia? Não, no Brasil não, em outros países onde ganharam Presidentes apoiados pelo Governo PT, Chile, Venezuela, Cuba, lá é a democracia que eles defendem, que é ditadura para nós. Então, vejam a diferença, qual a defesa que temos que falar. O Presidente Lula assinou essa carta e ele vive dizendo nas mídias que ele vai censurar os veículos de comunicação. É essa a democracia que eles defendem. Aí, levantando aqui a história, que acho que é importante, vamos lembrar o que o PT fez aqui. O PT assinou a carta, com a sua jovem mulher, aí a pergunta é o seguinte: O PT assinou a carta de 88? O PT assinou a Constituição de 88? Não assinou. Então, é duro entender essas cartas pela democracia. E o que está se discutindo lá? *Ah, urnas eletrônicas, a gente tem que defender!* Defendemos, a grande maioria dos brasileiros defende, sim, as urnas eletrônicas, porém, com transparência. E o que o Presidente quer, e a população, a grande maioria



quer, não é um retrocesso, é evolução da urna eletrônica, como já evoluiu em quase todos os países do mundo, que é a eletrônica com o voto impresso. A Argentina já está na terceira geração, já tem urna eletrônica, voto impresso e código de barra. Então, essa ladainha não deu em nada, porque veja o que aconteceu, eles fizeram essa carta, nas mídias digitais, a carta que o Lula assinou 6 mil pessoas viram, a que a Tebet assinou, 3 mil pessoas, a que o Bolsonaro fez, demonstrando, mostrando o ridículo que é essa carta, 360 mil pessoas viram. Então, vê que o povo hoje em dia já não é mais bobo, já não cai nessa conversinha fiada. Quem luta contra a democracia são eles, e têm ainda um grande apoio hoje de um STF, de um TSE, que vai saber o que eles pretendem. Mas isso aí o futuro vai mostrar. Quero lembrar aqui também que nos últimos dias tivemos aí dois podcasts fantásticos aqui entrevistando o Presidente Jair Messias Bolsonaro. Um deles, Professor Tercílio, ficou cinco horas lá no *Podcast Flow*, o Presidente Bolsonaro dando entrevista, cinco horas de entrevistas, com 550 mil pessoas assistindo. Foi um recorde mundial de *podcast*. Poucos dias depois ele foi no *Cara a Tapa*, 450 mil pessoas assistindo. Aí o Lula se atreveu abrir um *podcast* com um jornalista aí no mesmo horário e conseguiu chegar próximo de 20 mil pessoas, 450 mil para 20 mil. Ele ficou, acho, que meia hora e encerrou a medíocre *live* que ele vinha fazendo. Mas as pesquisas dizem o contrário. As pesquisas falam que esse que ninguém quer ouvir, esse que não anda na rua, esse que é vaiado e xingado na rua, que esse está na frente. Porém, em todas as mídias que vemos e nas ruas, estamos vendo aqui a grande diferença. Está ficando até algo humilhante para esse candidato descondenado. Acho que ele deveria refletir e não ser candidato. Está ficando feio já. Ainda mais que teremos, sim, as urnas transparentes. Então, não temos medo nenhum do voto transparente. E tem mais ainda, acho que está muito fácil escolhermos, vejamos o Brasil de antes e veja o Brasil de agora. É muito fácil. A diferença é brutal. Tenho alguns dados aqui que é importante falar, que diz aqui a grande diferença. Vamos lá: a esquerda passou praticamente 14 anos no poder. Ela entregou o Brasil com um rombo de R\$ 4 trilhões, rombo de R\$ 4 trilhões. As estatais todas falidas, porque foram todas sucateadas. Desculpe, sucateadas não, saqueadas. Todas



trabalharam com prejuízo durante todo o período, porque aquilo era um cabide de emprego e uma maneira de desviar dinheiro público. Eles entregaram o Brasil com a quarta maior carga tributária do planeta. Metade do País sem esgoto. Um quarto da população na miséria. O 12.º País mais violento. Os maiores casos de corrupção. E ainda se colocam para ser a resolução do nosso País. Parece brincadeira. Agora vamos aqui fazer um comparativo. Como está o Brasil hoje pós-pandemia? Estamos tendo aqui uma deflação. Está diminuindo a inflação no nosso País. É uma das menores do mundo. Preço do combustível no Brasil, na média, é um dos menores do mundo. É a economia que mais cresce no mundo. Está aí o resultado do PIB, cada dia maior. É o País que mais gerou emprego entre os G20. E diz aqui o nosso Paulo Guedes, que merece todo o respeito dos brasileiros, que até o final deste mês ou mês que vem, vamos chegar a 8% a taxa de desemprego. Aí podemos falar em bandeiras. O que eles querem e o que nós brasileiros de verdade, que defendemos a bandeira verde e amarelo, os valores conservadores, o que defendemos e o que eles defendem? É bom que a população veja para não cair em outro golpe. Defendemos a vida. O Presidente Bolsonaro defende a vida. O outro lado defende o quê? O aborto. Defendemos leis rígidas e bandido preso. Eles preferem bandido solto. Não pode prender por qualquer roubo, não. Tadinhos. *Vou roubar um celular para tomar uma cerveja.* Defendemos, o Presidente Bolsonaro defende o povo armado. Eles defendem povo desarmado, como em qualquer país onde tem um ditador. Defendemos valores cristãos. Eles defendem ideologia de gênero. Defendemos a liberdade. Eles defendem a censura. Está aí o *descondenado* dizendo que vai censurar a mídia. Defendemos o agro forte. Eles defendem o MST forte. Defendemos menos Estado e mais Brasil. Menos impostos. Eles defendem mais impostos. Somos a favor da polícia. Eles são a favor do crime organizado, do PCC. Defendemos ordem e progresso. Eles preferem defender o narcotráfico. Então, realmente, vivemos em um momento bem atípico no nosso País. Vivemos aqui uma guerra da verdade contra a mentira. Uma guerra entre o bem e o mal. O bem é a bandeira verde e amarelo, hoje com o nosso Presidente Jair Messias Bolsonaro. O outro lado defende a bandeira vermelha, que é o mal com a foice,



que tem como candidato o ex-presidiário Lula, o homem que é considerado o maior ladrão que este País já teve. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Quero também aqui, como já fizeram outros Deputados, lamentar profundamente, Deputado Homero, o acidente que vitimou seis professoras, professores e também o motorista da Van que vinha da região do Norte Pioneiro, Cambará, ali de Jacarezinho, Santo Antonio da Platina para uma festa, que é uma festa que seria a Conferência, a 8.^a Conferência da Educação da APP. Infelizmente esse acidente que vitimou as pessoas, inclusive fez com que fosse suspensa a atividade da APP, o que, obviamente, deveria mesmo ter sido feito, não havia condições nenhuma que fosse outra decisão, mas lamentamos, temos ainda, Deputado Lemos, pessoas hospitalizadas. O senhor foi, inclusive, ao enterro das pessoas que faleceram. Temos pessoas hospitalizadas que não correm risco de morte. Mas é muito ruim, Sr. Presidente, quando vemos, todas as pessoas que estavam ali as conhecíamos. Todas elas. Não conhecia o motorista da Van, mas conhecia todas as demais pessoas. Então, fica aqui a expectativa de que as nossas companheiras, companheiros que ainda estão hospitalizados possam superar essa fase tão difícil e que aqueles que perderam seus entes queridos possam ter, neste momento, força para superar essa dor que é tão grande. Estivemos hoje, Sr. Presidente, na Sesp, na parte da manhã, o Deputado Arilson, eu, a advogada da Comissão de Direitos Humanos, Dr.^a Taís, e também o Dr. Vinícius, para conversar sobre o ocorrido na última semana quando o Sr. Jorge Guarelho, que foi o assassino, pelas câmeras de vídeos, confessou do Marcelo Arruda, em Foz do Iguaçu, há cerca de 30 dias, foi solto para cumprir parte daquela determinação judicial que está com prisão provisória, acredito que seja esse o nome, foi solto para que pudesse cumprí-la em casa, com tornozeleira eletrônica. Conversamos com o Sr. Francisco José Batista da Costa, que é o



Diretor-Geral da Sesp e obviamente criou um constrangimento muito grande ver uma pessoa ir para casa cumprir pena em casa quando, na realidade, todos os outros encaminhamentos mandavam que fosse para o Complexo Médico Penal. O Juiz, ao tomar essa decisão, tomou-a porque entendeu que não havia condições no Complexo Médico Penal, segundo o Governo do Estado, de acolher Jorge Guarelho. Posteriormente houve uma série de manifestações no Brasil e fora do Brasil, inclusive, e dois dias depois houve a manifestação contrária desse mesmo Juiz fazendo alterações naquela sua decisão e determinado que o Jorge viesse ao Complexo Médico Penal, onde está. E iremos, na quarta-feira, foi também uma decisão tomada pela Comissão, iremos na quarta-feira visitar o Complexo Médico Penal até para saber as condições que o Sr. Jorge está tanto de saúde como de atendimento e acredito que há condições suficientes para que possa responder pelo seu crime, até que seja julgado, obviamente, que ele não está condenado, mas até que seja julgado no Complexo Médico Penal. Também manifestamos, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados, a preocupação ao Superintendente aqui, Diretor da Polícia Civil e da Sesp, com a situação que estamos vivendo no Estado do Paraná, de um número recorde de mortes feitas pela Polícia Militar. É um número muito grande, muito grande. Tivemos, segundo alguns levantamentos, mais de 40 pessoas que vieram a óbito em alguns casos, segundo a própria Polícia Militar, em confronto com a polícia, embora não haja nenhum registro, na maioria dos casos, nenhum registro desse confronto. Isso só reforça o argumento que temos dito aqui, Deputado Arilson, que é necessário que se vote a lei que determina o uso de câmeras corporais na Polícia Militar, na Polícia Civil. Tivemos um número recente de oito pessoas que foram mortas. A Polícia Militar argumentou que eram pessoas que estavam fazendo uma organização para um tribunal do crime, para matar outra pessoa de outra facção, entretanto não há nenhum registro de como foi feita essa abordagem. Então, preocupa-nos que este número esteja sendo cada dia mais elevado e que isso passe a fazer, como alguns já falaram aqui, passe a fazer no Paraná algo semelhante ao que temos no Rio de Janeiro. É extremamente preocupante e precisamos ter, e por isso falamos aqui hoje com o Sr. Francisco



da nossa preocupação a respeito disso. Na quarta-feira vamos visitar o Complexo Médico Penal e no Complexo Médico Penal devemos também ver as condições que esta pessoa que está lá, o Sr. Jorge, e os demais presos estão, para poderem cumprir as suas penas conforme determina a legislação. Quero, muito rapidamente, Sr. Presidente, também dizer que vimos a primeira pesquisa que saiu hoje, onde o Presidente Lula, o Ex-Presidente Lula tem – se não estiver enganado – 45% de intenções de voto e o atual Presidente, Jair Bolsonaro, tem 34%, se não estiver enganado, é isso, 34, 35, coisa próxima disso, o que certamente é fruto de toda a reflexão que a sociedade brasileira vem fazendo sobre o Governo Jair Bolsonaro. Um Governo que não disse a que veio, que faz as tais das PECs, compra de votos, e aí ele tem o “PIX-Caminhoneiro”, tem o “PIX-Taxista”, tem o “PIX-Não sei das contas”, mas que vai até dezembro. E a população que não é boba já percebeu que está sendo enganada. Vai receber R\$ 200,00 a mais no bolsa, que era o Bolsa Família, agora o nome mudou, que leva um carimbinho diferente, mas até dezembro. Depois de dezembro certamente não voltará a ser o que era antes, porque Jair Bolsonaro não será eleito. Mas a proposta é essa. Por que que Jair Bolsonaro não será eleito? Porque Jair Bolsonaro, em uma das suas entrevistas antes de ser Presidente da República, falou que a ditadura matou pouco, a ditadura tinha que matar 30, 40, 50 mil. Aí iriam morrer inocentes? Certamente que morrem inocentes. Mas ele não é coveiro, como disse várias vezes, ele não pode salvar vidas porque sua função é matar. Ele foi educado para matar. Esse é Jair Bolsonaro: o homem das *rachadinhas*, o homem que diz que não há corrupção no Brasil, porque toda vez que aparece corrupção na sua família, decreta sigilo de cem anos. O homem que diz que tínhamos empresas falidas, mas que pegou a Petrobrás, depois descobriu o Pré-Sal com o maior, de toda a história, o maior valor dado a uma empresa brasileira, que, aliás, recebeu um Governo com U\$ 340 bilhões de reservas externas. O mesmo que durante 28 anos, Deputada Luciana, não foi capaz de apresentar um único projeto. E quando perguntado o que fazia com o Auxílio Moradia, dizia que usava o Auxílio Moradia para *comer gente*; usava o seu apartamento para *comer gente*. Esse é Jair Bolsonaro, esse é o Jair Bolsonaro, um inepto! Uma pessoa que até hoje



não disse a que veio e que durante dois anos e meio de pandemia, com 700 mil mortos, colocou o General Pazuello, que fez as maiores estripulias da história, que mandava vacina para lugar errado, que tem militares que hoje ganham R\$ 60 mil e que ele acha que é pouco, que ganham R\$ 60 mil do seu Governo, que é um homem que não sabe exatamente como conter os seus filhos, quando seus filhos resolvem fazer tudo que dá na cabeça, que fala claramente, em uma, aliás, em uma das muitas vezes que vazaram as suas reuniões de gabinete, se é que dá para chamar aquilo lá de gabinete, onde ele dizia que se alguém quisesse – não vou usar a expressão aqui, se alguém quisesse “ferrar o seu filho”, ele substituiria, substituiria o delegado da polícia, se não pudesse substituiria o chefe, se não pudesse substituiria o ministro. É um homem que veio única e exclusivamente para engordar, literalmente, para engordar a sua família e que agora, desesperado, passa a usar de todos os artifícios, de todas as artimanhas. Estamos lembrando aqui que Jair Bolsonaro, que mudou dezenas de vezes de Partido, tem um problema a mais. A pesquisa que sai hoje mostra que 60% dos seus eleitores não sabem o número do seu Partido. Todos ainda acham que é o 17. Não sei nem qual é o número do seu Partido, mas certamente não é mais 17, e alguns continuam achando que é o 17. Talvez o 17 tenha os 30% de votos nessa eleição. Sabemos que não terá muito mais do que isso, porque mais do que isso terá o 13 de Luiz Inácio Lula da Silva, que é o Partido que disputa essa eleição, mais uma vez, que, aliás, não deveria nem ter Luiz Inácio porque poderíamos ter outro processo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Se não fosse necessário que Lula voltasse a colocar seu nome para lembrar como era o Governo. E é bom sempre lembrar. Como é que era o Governo antes? A gasolina custava R\$ 6,00? O Óleo diesel tinha que receber PIX? Tínhamos 25% da população passando fome? Tínhamos o País em desespero com a violência explodindo? Não! Esse



País não existia. Esse País era um País onde as pessoas se respeitavam, onde todas as denominações religiosas eram respeitadas, onde as pessoas não tinham ódio como têm hoje no coração como único instrumento político e que certamente é o País que a partir de 2 de outubro voltará a se reencontrar. Um País que voltará a reencontrar seu povo, inclusive como disse aqui o Deputado Anibelli, com a Carta aos Brasileiros, com a Carta da Democracia, com os valores da democracia sendo respeitados. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputado Homero Marchese.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, população que nos assiste, boa tarde. Estou lendo um livro muito interessante do Francisco Doratioto, Deputado Arilson. Foi um historiador brasileiro e ele escreveu um livro sobre a Guerra do Paraguai. Sobre a maldita Guerra. Um livro densamente pesquisado sobre as origens da Guerra do Paraguai. Ainda estou no começo do livro, não li inteiro. A História da Guerra do Paraguai sabemos por ensino, mas não sabe qual a profundidade. Mas o que é mais interessante que esse livro ele rompe com certo revisionismo histórico, que marcou sempre a narrativa sobre Guerra do Paraguai. Existe um livro bem famoso aqui, no Brasil, escrito por J.J Chiavenato, que se chama *Genocídio americano*, se não estou enganado. Li esse livro inclusive tinha uns 17 anos, Deputado Ricardo Arruda, segundo o qual a Guerra do Paraguai nada mais teria sido que um massacre fomentado pela Inglaterra, que teria impulsionado o Brasil e a Argentina a sufocarem uma nação em desenvolvimento, que estaria rompendo a sua dependência da Inglaterra que seria o Paraguai. Uma nação que estaria se industrializando, que estaria com altos níveis de saúde e educação, portanto precisava ser massacrado pela Inglaterra de alguma maneira. Esse livro do Doratioto deixa claro que não é verdade essa narrativa. O principal motivador da Guerra do Paraguai foi o ditador paraguaio Francisco Solano Lopez, que era um verdadeiro caudilho que



governava sem oposição, que perseguia desafeto político, mandava para a prisão, que durante a guerra mandou fuzilar diversas pessoas às quais ele desconfiava, inclusive ex-aliados, fez isso com membros de sua própria família, inclusive; confundiu os interesses do estado paraguaio com os interesses da sua família; concedeu uma série de terras à sua amante, aos seus familiares. E, talvez por não ter, por não enfrentar uma oposição livre, uma imprensa livre no Paraguai, tinha uma ideia sobre o poderio de seu país muito além do que, de fato, ele tinha. E aproveitando uma série de episódios envolvendo a Guerra Civil do Uruguai, a Guerra do Paraguai começou com a Guerra Civil do Uruguai. Solano Lopez invade o Mato Grosso e inicia a guerra contra o Brasil que depois é ajudado pela Argentina, enfim, uma guerra bastante sangrenta com a morte de milhares de pessoas. O Paraguai, no início da guerra, não era um país desenvolvido, era menos desenvolvido do que os demais países da região, não tinha um exemplo de saúde, de educação e de industrialização, isso tudo foi uma criação de um revisionismo histórico, chamado até de Iopsismo. E esse revisionismo histórico, o livro do Doratioto explica, começou especialmente com a ditadura do Presidente paraguaio Alfredo Stroessner, que precisava de alguma maneira recuperar uma história de orgulho para os paraguaios e foi buscar em um suposto massacre injusto da Guerra do Paraguai a origem dos males daquele país, enaltecedo a figura de Solano Lopes, portanto o Paraguai teria criado ali uma história para chamar de sua. Também esse revisionismo histórico foi muito difundido aqui no Brasil na época do Regime Militar, de modo a atacar alguns símbolos do País no século XIX que eram militares, em especial Duque de Caxias e Almirante Tamandaré, que actuaram na Guerra do Paraguai, venceram a Guerra do Paraguai. Então, a história virou ao contrário e de agressor o Paraguai virou vítima dessa guerra sangrenta do século XIX. E esse revisionismo histórico continua acontecendo no Brasil. Essa Carta pela Democracia, já tão mencionada aqui hoje, é de certa forma um revisionismo histórico. Não vi nenhuma instituição ameaçada de suspensão ou encerramento nos últimos anos. Não vi nenhum Congresso dissolvido, nenhuma Assembleia Legislativa ou Câmara Municipal dissolvida, não vi *habeas corpus*, mandado de segurança ou *habeas data* suspenso. Não



vi nada disso! Vi, sim, a intervenção de um órgão judicial, que foi o Supremo Tribunal Federal, cada vez mais marcante na vida do brasileiro; vi, sim, uma ditadura muitas vezes do Poder Judiciário, mas não vi nada disso do Poder Executivo. No entanto, pela tentativa de que uma mentira contada mil vezes se torna uma verdade, há quem insista em dizer que a democracia brasileira está sendo ameaçada ou foi ameaçada, inclusive o Ministro Barroso recentemente afirmou que os atos de 7 de setembro próximos vão mostrar o tamanho do fascismo do Brasil. Não sei em que ditadura um Ministro do Supremo Tribunal Federal poderia falar inclusive isso, insinuando fascismo por parte de uma das correntes políticas, a qual ele vai ter que julgar eventualmente em um processo judicial! Então, é importante que sempre tenhamos isso em conta para o futuro. Gostaria muito de saber – a história vai dizer isso – como o que aconteceu no Brasil e tem acontecido, uma definitiva decisão da população brasileira por valores de direita, por igualdade de todos perante a lei e pelo direito de as pessoas se defenderem, pela responsabilização das pessoas pelos seus atos, um movimento que tem certamente acontecido no Brasil nos últimos anos, como isso será visto no futuro. Espero que não seja com o mesmo revisionismo histórico de quem diz lutar pela democracia. Muitas vezes essas pessoas lutam pela hipocrisia. Que moral tem, desculpem-me, mas a USP ou a Federal do Paraná têm moral para dar lição nos outros sobre democracia? Com todo o respeito! Talvez no passado adquiriram fama, prestígio e até de certa forma fundamento para isso, mas hoje? Vejam o que aconteceu durante a pandemia. As primeiras instituições a interromper as aulas, as últimas a voltar, quando toda a demais população já estava trabalhando. Foram os primeiros a serem vacinados, continuaram em casa recebendo salários e vão dar lição de moral nos outros? Assim como uma série de pessoas que foram discursar no evento do alto dos seus altos salários, altos privilégios e do alto da sua omissão em relação ao que acontece de irregular no Estado brasileiro. Então, vamos colocar as coisas no lugar e vamos ser bastante sinceros. Revisionismo histórico, não. Muito obrigado, Sr. Presidente.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, pela Liderança do Governo, Deputado Marcel Micheletto. Declina. Deputado Arilson, pela Liderança da Oposição.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Boa tarde, Presidente Traiano. Cumprimentando V.Ex.^a, cumprimento todos os pares e o público que acompanha esta Sessão. Não poderia ser diferente, hoje pela manhã tivemos a divulgação de mais uma pesquisa eleitoral, o que me motiva a vir aqui fazer e tecer alguns comentários. Contratada pela BTG/Pactual, a pesquisa da FSB confirma o favoritismo do Presidente Lula nestas eleições. O Presidente aumenta o percentual de diferença de 7% para 11%. Essa pesquisa da FSB mostra um crescimento consolidado e, ao mesmo tempo, vem firmar que, apesar de o Auxílio Brasil já estar sendo pago, Bolsonaro se manteve no mesmo patamar da pesquisa anterior. Disso podemos tirar duas conclusões bem claras: a primeira é que o Auxílio Brasil não vai enganar o povo brasileiro, como é o objeto construído pelo Governo Bolsonaro. Todos sabem que o atual Presidente nunca se importou com a vida das pessoas, principalmente a vida das pessoas mais pobres, e que o aumento no Auxílio Brasil neste momento não passa de uma tentativa esdrúxula de comprar votos das pessoas mais empobrecidas. A segunda conclusão clara também a que podemos chegar é que, diferente de Bolsonaro, o Brasil enxerga em Lula uma pessoa que realmente se importa com as pessoas e reconhece-o como o líder capaz de recolocar o Brasil nos trilhos da civilidade. Bolsonaro passou quatro anos zombando das pessoas. Foram dois anos de pandemia fazendo chacota com quem tinha falta de ar, que estavam morrendo, pessoas que perderam as suas vidas e familiares que sofriam. O Presidente era contra o Bolsa Família, Deputado Romanelli, que chamava inclusive de *Bolsa Esmola*. Quando se aventou a criar o Auxílio Brasil, queria colocar R\$ 200,00, mas, pressionado pela oposição, que defendia os R\$ 600,00, o Brasil passou a R\$ 400,00 já na pandemia, mesmo contra a vontade do Presidente. Aliás, um Presidente sem vontade, sem vontade de governar e de olhar para as camadas mais pobres. Ele nunca se solidarizou com as famílias dos mais de 680 mil mortos por Covid.



Com este atual Governo, o valor dos salários caiu, as pessoas começaram a morar na rua, a fome tomou conta e os preços dos produtos básicos saltaram incrivelmente. Os alimentos, os combustíveis e outros tiveram alta desenfreada e agora, assim como a criação de vários auxílios para tentar enganar o povo, há um mecanismo para se abaixar o valor do combustível, mas a pesquisa mostra que o povo não é bobo, o povo, muito pelo contrário, está sabendo diferenciar o que é preocupação do que é oportunismo político. Em algum momento aqui, julguei o Governo Bolsonaro como ruim, como sendo um Governo incapaz, mas hoje revi o meu modo de ver. Bolsonaro é um governante maldoso, um sádico que tem prazer no sofrimento das pessoas. Bolsonaro tenta se passar por um homem temente a Deus, mas, na verdade, é um *lobo em pele de cordeiro* que engana ainda muitos, mas, como colocava já Abraham Lincoln, você engana muitos por pouco tempo ou muito tempo poucas pessoas, mas nunca vai enganar todos pelo tempo todo. Todos se lembram das manchetes de jornais que nos mostravam que no Governo Lula o brasileiro era uma pessoa feliz. Em 2010, uma pesquisa do Instituto Mundial Gallup mostrava que no Brasil, uma pesquisa mundial, perdão, do Instituto Gallup mostrava que o Brasil era o 10.^º País mais feliz mundo. O ranking era liderado pela Dinamarca, Finlândia, Noruega, pela Suécia e pela Holanda. O Brasil encontrava-se à frente dos Estados Unidos e da Áustria. Agora, em 2022, uma pesquisa de alcance global, encomendada pela ONU, mostra que dentre os países, no relatório de felicidade mundial, o Brasil ocupa a 39.^a opção. Todos aqueles que estavam a nossa frente continuam nos patamares que estavam em 2010, mas o Brasil caiu de 12.^º para 39.^º. Na economia passou de 6.^a para 12.^a. É retrocesso atrás de retrocesso. É derrota atrás de derrota. E vergonha atrás de vergonha. Mas cresceu em alguns rankings, como um País que mais desmata no mundo. Um País que incentiva a violência. Um País que tem desrespeito às instituições, às leis, às pessoas e às autoridades constituídas. Um País que lidera os ambientes em que existe causa institucional. Esse é o Governo, um Governo mentiroso, um Governo que de forma propositada prega o caos. Para aqueles que sempre se orientam pela Bíblia, que falam com ela com propriedade, aliás, têm vários aqui que falam



melhor do eu, com muito mais propriedade, entendem que em Provérbios, 29-2, a um dizer que: “Quando o Governo é formado por homens justos e honestos, o povo vive feliz. Mas quando os líderes de uma nação são maus, o povo chora de tristeza”. O Brasil chora de tristeza pela perversidade de quem ocupa a cadeira principal do Palácio do Planalto. O nosso povo está assim, gemendo, entristecido, porque é maltratado, malcuidado e, quando não, zombado pela autoridade política que deveria cuidar do nosso Estado. Estamos a 47 dias do processo eleitoral, a 47 dias da opção de retomarmos o caminho da felicidade, o caminho da valorização das vidas, da valorização das pessoas. Lula, com uma coalisão de pensamento, de movimentos sociais, sindicais, de partidos políticos e de antigos adversários, é a pessoa que pode puxar esse processo, cuidar das outras pessoas, importar-se e ter o coração cheio de dor, igual aqueles que sofrem e implementar uma política de diferença. É por isso que a pesquisa BTG Pactual mostra Lula hoje crescendo novamente e Bolsonaro parado no tempo. Aliás, estar parado para ele é uma vantagem, porque há tempos e até agora fez o Brasil voltar ao passado de forma indesejada, de forma calculada. Hoje, o que vemos nas ruas ou vê na ausência de comida na geladeira das pessoas, ou na ausência de brilho nos olhos, por um dia melhor, revela o Governo que aí está. Um Governo que com alianças políticas impróprias e impuras, muitas vezes, conseguiu aprovar coisas que machucaram o povo na alma, na mente, no coração, na barriga, diretamente, que esfolou os mais pobres, que foram objetos de Governo durante 13 anos, de um Governo popular, de um Governo sensível, de um Governo que tem empatia. O que nos resta neste momento, além de discutirmos tudo isso, é fazermos um movimento nesses 47 dias pluripartidário. Pluri no sentido amplo daqueles que defendem a democracia, daqueles que buscam a esperança, daqueles que querem conciliar economia, social, ambiental, em uma plataforma única, onde o Brasil esteja em primeiro lugar de verdade. Que o Brasil formado por seres humanos, esses, sim, são objetos de um Governo. Não o Brasil constituído por uma classe privilegiada, que tem hoje nesse setor, direcionada pelo Governo, de uma elite que ganha lucros imensos, enquanto a população mais pobre empobrece dia a dia e sente a ausência de comida no prato. Por



isso, Lula segue firme e forte, respeitando as pessoas e construindo cada vez uma aliança mais ampla possível de realizar um sonho, não seu, um sonho de todos os brasileiros que retomaram o caminho do desenvolvimento, da solidariedade e da fraternidade. Por isso, cada pesquisa que sai, a opinião do povo está mais consolidada. Temos duas ou três pesquisas dessa semana, que podem indicar tudo isso que estou colocando. Às vezes entendo o desespero de alguns, aqui, da agressão. Está indo embora o que era para ser... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Por isso, entendo os sentimentos de alguns aqui de desespero, que tinham um sonho, mas transformaram a vida do povo brasileiro em pesadelo. O povo agora quer voltar a sonhar e para sonhar não pode ter fome, para sonhar tem que ter emprego. Por isso, seguimos fortes e firmes nesse caminho, com essa construção, onde o Brasil e o povo brasileiro são em primeiro lugar, não só no discurso, mas na prática e na efetividade. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Solicito ao 1.º Secretário que faça a leitura de cinco mensagens que acabam de chegar a este Poder.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, o Chefe do Poder Executivo, Governador do Estado Carlos Massa Ratinho Junior, envia Mensagem n.º 66/2022, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 392/2022), com base nos artigos constitucionais que permitem o início do processo legislativo, por Vossa Excelência, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Ele submete à deliberação um Anteprojeto de Lei que solicita a aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 100 mil, ao orçamento da Superintendência-



Geral de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior. É para atender às contrapartidas da UEPG em relação às emendas federais. Ainda a Mensagem n.º 67/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 393/2022) que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado, no valor de 2 milhões e 490 mil para a Sejuf, para o Programa *Residência Técnica*. Ainda a Mensagem n.º 68/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 394/2022) que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado, que solicita a aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 180 mil ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turístico, Sedest, para despesa para o financiamento de juros de operação de crédito contraída pelo extinto Instituto de Florestas do Paraná. Mensagem n.º 69/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 395/2022) que autoriza o Poder Executivo a efetuar a aquisição do imóvel que especifica, localizado nesta Capital, que passa a integrar o patrimônio do Estado do Paraná; também é um Projeto de Lei que solicita, que autoriza o Poder Executivo a adquirir parte do terreno da matrícula n.º 121.201, no 6.º registro de imóveis de Curitiba, confrontante ao imóvel estadual ocupado pela unidade do Corpo de Bombeiros do Paraná. É um imóvel que está encravado onde já tem um Quartel de Bombeiros. Por último, Mensagem n.º 70/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 396/2022) que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto a instituições financeiras públicas e/ou privadas, com a garantia da União, para financiamento parcial do Programa Integração Metropolitana – PIR do Programa Estradas da Integração, Projeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar a operação de crédito em moeda nacional com instituições financeiras públicas e/ou privadas, com garantia da União, até o valor de 1 bilhão e 485 milhões, para financiamento parcial de programas de Governo. A proposta visa atender à demanda de novos projetos que



acompanhem o desenvolvimento e fomento de economia estadual. Pretende-se buscar novas fontes de recursos para ampliar a capacidade de investimento em infraestrutura, logística e mobilidade por meio da execução de uma série de obras e serviços integrantes do Banco de Projetos do Estado do Paraná, elencadas pelos seguintes órgãos estaduais: Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento; Programa Estradas na Integração; Departamento de Estradas de Rodagem, DER; Programa Inova Paraná; e Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, Comec; Programa de Integração Metropolitana, PIMC. Era isso, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (46 Parlamentares); Deputados ausentes com



justificativa: Evandro Araújo (PSD), conforme art. 97 § 3.º Inciso I do Regimento Interno; e Boca Aberta Junior (PROS), conforme art. 97 § 3.º Inciso I do Regimento Interno (**2 Parlamentares**); **Deputados ausentes sem justificativa:** Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Delegado Jacovós (PL), Jonas Guimarães (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO) e Reichembach (UNIÃO) (**6 Parlamentares**).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 384/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, que dispõe sobre a criação de espaços para o aleitamento materno em creches, prédios públicos do Estado do Paraná, e dá outras providências; **Autuado sob o nº 385/2022**, do Deputado Marcio Nunes, que concede o Título de Utilidade Pública a Fundação Marta Kaiser, com sede no município de Campo Mourão; **Autuado sob o nº 386/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o Dia do Gaiteiro Mirim, a ser celebrado anualmente em 28 de janeiro; **Autuado sob o nº 387/2022**, do Deputado Bazana, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Nossa Senhora das Graças, com sede no município de Centenário do Sul; **Autuado sob o nº 388/2022**, do Deputado Paulo Litro, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Judô Carlos Silva – AJCS, com sede no município de Ponta Grossa; **Autuado sob o nº 389/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Arroio do Portão, com sede no município de Santa Maria do Oeste; **Autuado sob o nº 390/2022**, do Deputado Coronel Lee, que considera a circunstância da efetiva necessidade, aos profissionais, por exercício da atividade exercida de risco, e dá outras providências; **Autuado sob o nº 391/2022**, dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Tadeu Veneri, Goura e Requião Filho, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Nubia Rafaela Nogueira Algbti, com sede no município de Jacarezinho.



Projetos de Resolução: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 25/2022**, da Comissão de Tomada de Contas, que encaminha a prestação de contas do Governo do Estado no exercício financeiro de 2020; **Autuado sob o nº 26/2022**, da Comissão Executiva, que denomina Deputada Irondi Pugliesi a sala localizada na Assembleia Legislativa, identificada no anexo único desta Resolução.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados**.

Passamos aos Itens da pauta.

Seis Redações Finais.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 641/2019, de autoria do Deputado Artagão Junior, que institui o Dia Estadual do Quebrando o Silêncioa ser realizado anualmente no quarto sábado do mês de agosto.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 116/2020, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que altera dispositivo da Lei n.º 19.832, de 1.º de abril de 2018, que prioriza o atendimento de doadores de sangue raro e fenotipados convocados pelos bancos de sangue do Estado do Paraná.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 565/2021, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que institui o Caminho dos Cafés das Mulheres como rota turística rural no Estado do Paraná.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 9/2022, de autoria das Deputadas Cristina Silvestri e Mabel Canto, que altera a Lei n.º 19.701, de 20 de novembro de 2018, que dispõe sobre a violência obstétrica, sobre direitos da gestante e da parturiente.



ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 152/2022, de autoria do Deputado Homero Marchese, que concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Funverde, com sede no município de Maringá.

ITEM 6 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 276/2022, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que insere a Festa da Costela ao Fogo de Chão do município de Iguaraçu no calendário oficial de eventos turísticos do Estado do Paraná.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 7 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 6/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 58/2022, que estabelece critérios para os Índices de Participação dos Municípios – IPM na cota-parte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Educação e Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais. Emendas de Plenário com parecer favorável da CCJ na forma da Subemenda. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada a subemenda.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar o Projeto, Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, esse é um Projeto muito interessante, acho que não foi mencionado aqui ainda, é um Projeto que altera a distribuição de ICMS para os municípios. A Constituição foi emendada, a Constituição Federal em 2020, para prever que 10% do ICMS que os estados transferem aos municípios sejam calculados com base na evolução dos índices da educação municipal. A inspiração foi o que aconteceu no Estado do Ceará quando as suas escolas melhoraram bastante o



desempenho. E uma das estratégias me parece que foi essa, dar mais dinheiro para o município que conseguir evoluir mais. Esse objetivo foi levado ao Congresso Nacional, que publicou essa emenda em 2020, e agora os estados são obrigados a repassar pelo menos 10% do ICMS aos municípios com base na evolução dos índices de educação. Depois das eleições me parece que também esta Assembleia vai ir além e vai poder alterar os outros critérios para a distribuição do ICMS aos municípios. Nós, no começo do ano, Sr. Presidente, diante da notícia que isso aconteceria, e a partir de uma sugestão da Vereadora Amália Tortato aqui de Curitiba, fizemos uma Audiência Pública sobre o assunto, ouvimos especialistas, e na oportunidade lançamos um Portal no nosso site em que é possível simular quanto cada município do Estado vai receber de ICMS com base nos novos critérios, levando-se em conta o que aconteceu no ano passado, é só uma simulação, e foi um Portal bastante acessado, a gente imagina por servidores públicos nos últimos meses que querem ter essa informação. Convidamos todos os interessados a acessar o site para ter acesso ao Portal. Um Projeto, parece-me bom, interessante, é bom lembrar que ainda é um trabalho que ainda está por fazer, esse é apenas o primeiro passo, terá que ser definido, por exemplo, qual vai ser o critério para medir a evolução da Educação Municipal, se é o Ideb, se é a Prova Paraná, se é um misto dos dois, enfim, isso será editado por ato administrativo do Poder Executivo, mas é um Projeto que coloca a educação como prioridade no Estado do Paraná, assim como em outros estados da Federação, e tem, portanto, o nosso apoio. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, Sr. Presidente, pede o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição pede voto “sim” também.



DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): O Projeto, ressalvada as emendas.

Voto “sim” à Base.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Ainda em aberto os votos dos Deputados Galo, Gilson de Souza, Marcio Nunes, Requião e Rodrigo Estacho. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Nelson Justus, Reichembach e Rodrigo Estacho (12 Deputados).]* Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 6/2022.

Vamos submeter ao voto agora, Sr.^s Deputados, a subemenda. Sempre informando que foram apresentadas três emendas, transformadas em subemenda.

DEPUTADO GOURA (PDT): Posso encaminhar, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO GOURA (PDT): Já adianto aqui ao Líder do Governo, nosso voto é favorável e com a sua permissão, Deputado Marcel, Deputado Arilson, nosso líder, um elogio aqui ao processo legislativo, Doutora Isabel, também a nossa equipe da Comissão de Meio Ambiente. Apresentamos três emendas que



foram devidamente acatadas e quero só fazer um destaque, Sr. Presidente, uma delas é a inclusão de reservas indígenas, comunidade de conservação, que revertam em ICMS ecológico. A segunda, ela fala do recebimento do recurso também por municípios que abrigam áreas de interesse de manancial e também a previsão da forma de cálculo do ICMS ecológico de acordo com a Lei Complementar 59. A palavra de elogio, Sr. Presidente, porque o ICMS ecológico é uma lei muito importante do Estado do Paraná, que garante recursos para a preservação do meio ambiente do nosso Estado, e o que gostaríamos, Sr. Líder do Governo, Deputado Marcel, é que cada vez mais o Estado se empenhe na efetivação das unidades de conservação, sejam municipais, estaduais, ou nacionais, federais, porque elas vão reverter em mais recursos para os estados, e que também esses recursos voltem, Deputado Romanelli, na forma de benefícios para esses objetos dessas próprias políticas. Ou seja, os municípios ganham recursos porque preservam as suas áreas, porque têm terras indígenas, mas muitas vezes não vemos o retorno desses recursos para essas populações ou para as políticas ambientais tão necessitadas. Então, Sr. Presidente, o nosso voto da Bancada de Oposição, e pedimos de todos os Parlamentares, é “sim” às emendas na forma do substitutivo geral.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Na forma da subemenda. Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede o voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados e Deputadas, vou fazer um comunicado. No dia de amanhã, no Grande Expediente, estará presente aqui toda a diretoria do Banco do Brasil para falar sobre incentivo da entidade para o Estado do Paraná e de desenvolvimento da agricultura. Também estarão presentes todas as entidades representativas aqui, Ocepar, Fiep, Faep, Associação Comercial, enfim, Secretaria da Agricultura, estarão presentes aqui o Presidente do Banco do Brasil, Vice-



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Presidente de Negócios de Atacado, o Vice-Presidente de Negócio do Varejo, Assessor Especial do Presidente, Superintendente do Setor Público do Banco do Brasil, Superintendente Comercial do Setor Público, Presidente da Associação Comercial do Paraná, enfim, todas as demais autoridades. Solicito aos Sr.^os Deputados se puderam já estar no início da Sessão amanhã, porque ele usará o horário do Grande Expediente.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): A convite de quem, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): A convite do Deputado Tiago Amaral e a Mesa Executiva também se associou.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Só faço esse questionamento, Sr. Presidente, porque sei que não é usual, mas até onde entendi não teríamos no Grande Expediente nenhuma atividade no período, neste período até que encerrassem as eleições, não teríamos nenhuma atividade com convidados. Tanto que hoje tínhamos um convidado nosso que era para usar o Grande Expediente, que é contando a história da Copel, e cancelamos a pedido desta Mesa. Cancelamos. Sou suspeito para falar, porque sempre acho bom que venham pessoas do Banco do Brasil. Só falo isso, Deputado Tiago, porque são pessoas que vêm do Banco do Brasil, vêm falar sobre o Projeto Agrícola, vem a Ocepar, vem a Associação Comercial, sem dúvida nenhuma é ação política do Deputado Tiago Amaral. E aí fico me perguntando se isso não criará um problema para o Deputado Tiago Amaral e para esta Casa, inclusive. Não sou contra que seja recebido, mas todos vindo aqui em nome do Deputado Tiago Amaral para falarem sobre o Projeto do Banco do Brasil para Agricultura talvez possa ter algum significado diferente daquele que pretende o Deputado Tiago Amaral e esta Casa. Fica essa ressalva, Sr. Presidente.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Luiz Carlos Martins.



DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Só para informação, teremos algum recesso na Casa ou não?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Luiz Carlos Martins, faremos uma reunião com os Líderes para defenirmos essa situação, até porque precisamos votar a LDO. Então, no tempo certo, daremos as informações aqui. Ok?

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Qual é a previsão, porque está todo mundo querendo se programar aqui?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Romanelli conversa com V.Ex.^a agora.

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD): Deputado Traiano, os convidados vão falar amanhã no Grande Expediente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Apenas o Presidente do Banco do Brasil. Vejam bem, nós, mesmo neste período aí, algumas pessoas usaram o Grande Expediente, não vejo que isso tenha conotação política. Vem para falar sobre os investimentos na agricultura no Estado do Paraná.

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD): Deputado Traiano, a solicitação que faço para que respeitemos realmente o horário do Grande Expediente, porque senão fica constrangedor para todos nós, e principalmente para os convidados, se um número grande de convidados começar a usar a palavra, ou então os próprios Deputados. Então, gostaria de solicitar que realmente fosse limitado aos 30 minutos do Grande Expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Será exatamente isso, apenas o Presidente do Banco, os demais virão apenas acompanhá-lo.



DEPUTADO GALO (PP): *Pela ordem, Sr. Presidente. A questão da Sessão de quarta-feira, Presidente?*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Galo, já estamos antecipando a Sessão Ordinária de quarta para terça-feira.

DEPUTADO GALO (PP): Desculpe, é que não tinha ouvido V.Ex.^a. Queria ouvir a sua voz.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Nelson Justus, Reichembach e Requião Filho (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a subemenda.**

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 816/2019, de autoria dos Deputados Cristina Silvestri, Luiz Claudio Romanelli, Ademar Traiano e Gilson de Souza, que institui o Selo Empresa Amiga da Mulher (SEAM), destinado a fomentar e reconhecer empresas que adotam práticas organizacionais de equilíbrio entre trabalho, família e valorização da mulher. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Substitutivo geral da CCJ. Vamos submeter ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

voto o substitutivo geral. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Elio, está votando? Considero o seu voto como “sim”. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Elio Rusch, Evandro Araújo, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Nelson Justus, Reichembach e Soldado Adriano José (13 Deputados).]** Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral. Quarenta e dois votos, com o voto do Deputado Elio Rusch. Está aprovado o substitutivo geral.**

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 13/2022, de autoria dos Deputados Maria Victória e Tiago Amaral, que institui a Rota Turística do Tiro Desportivo no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Turismo e Comissão de Segurança Pública. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?



DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição está liberada, Presidente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): É que o Estacho veio aqui falar comigo que não colocaram ele no Projeto do Sanfoneiro Mirim, ele queria reivindicar aí para ser coautor do Projeto Sanfoneiro Mirim.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda há tempo, podemos inclui-lo. Aliás, fui a Prudentópolis e o Estacho estava lá, tinha os menininhos tocando sanfona e o Estacho aderiu ao movimento, pegou a gaita.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, sabe qual é a única coisa grande no Estacho? Será a votação dele.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Isso é verdade, já sabemos. Ainda muitos Deputados não votaram. Deputado Bazana, Alexandre Curi, Artágão, Cristina, Goura, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (32 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Tadeu Veneri (4 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artágão



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Goura, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mauro Moraes, Nelson Justus, Reichembach e Requião Filho (18 Deputados).] Com 32 votos favoráveis e 4 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 13/2022.

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 16/2022, de autoria das Deputadas Cristina Silvestri e Mabel Canto, que institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Dia de Combate ao Assédio Institucional contra Mulheres e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania. Substitutivo geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o substitutivo geral. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (35 Deputados); **Não Votaram:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Reichembach e Soldado



Adriano José (19 Deputados).] Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.**

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 374/2021, de autoria dos Deputados Subtenente Everton e Alexandre Amaro, que institui a Semana Estadual de Conscientização e Prevenção de Acidentes ao Ciclista. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Esportes e Comissão e Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Galo, seu voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (35 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Reichembach e Soldado Adriano José (19 Deputados).] Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 374/2021. Trinta e cinco votos, 36 com o voto do Deputado Alexandre Curi. Está aprovado o Projeto.**



(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 2687/2022, da Deputada Mabel Canto, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, Sr. Wagner Mesquita de Oliveira, acerca das atividades desenvolvidas pela polícia científica.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Enviar como Expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Encaminha-se como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2696/2022, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de voto de congratulações com menção honrosa à Cooperativa do Livro, em funcionamento na cidade de Campo Mourão; **Requerimento n.º 2697/2022**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Luiz Ruaro; **Requerimento n.º 2699/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação, Sr. Renato Feder, requerendo providências urgentes para apurar o ocorrido com o Sr. Marcio Lacerda de Jesus, servidor público do Estado lotado na Secretaria de Estado da Educação, na função de Agente Educacional II, no município e Núcleo Regional de Goioerê, na ocorrência B.O. n.º 2022/787764 da 14.^a Delegacia Regional de Polícia de Goioerê; **Requerimentos n.os 2700 e 2701/2022**, do Deputado Douglas Fabrício, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Delordes Daleffe; e Adalmir Garbim; **Requerimentos n.os**



2702 a 2704 e 2706 a 2709/2022, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Prof.^a Silvia Regina Gomes; Prof. Ederson Camiloti; Prof.^a Lucilene Prates Tomas Saidler; Joana Darc Franco Bertoni; Diretora Aparecida Lucia da Cunha; Agente Educacional Andreia Lemes Santana; e motorista Miguel Henrique de Souza Melo; **Requerimento n.^º 2711/2022**, do Deputado Galo, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, para sugerir a ampliação do Programa Leite das Crianças; **Requerimento n.^º 2712/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Renê de Oliveira Garcia Junior, conforme específica; **Requerimento n.^º 2714/2022**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Sanepar, Sr. Cláudio Stábile, requerendo a instalação de bebedouros nas praças e parques públicos de Curitiba e outras cidades do Estado do Paraná.

Requerimento com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.^º 2710/2022, do Deputado Delegado Jacovós, Líder do PL, solicitando a indicação como membro titular do Deputado Delegado Jacovós e o como membro suplente Deputado Marcel Micheletto, para compor a Comissão Especial para a análise da Proposta de Emenda à Constituição n.^º 5/2021.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.^º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.^º 2698/2022**, do Deputado Nereu Moura, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 9 de agosto de 2022; **Requerimento n.^º 2705/2022**, do Deputado Evandro Araújo, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 15 e 16 de agosto de 2022; **Requerimento n.^º 2715/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 15 e 16 de agosto de 2022.



Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 2713/2022**, do Deputado Tião Medeiros, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 1.º de agosto de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas outras Sessões Ordinárias para amanhã, dia 16 de agosto de 2022, no horário regimental, com as seguintes **Ordens do Dia:** **1.ª Sessão Ordinária:** 3.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 6/2022 e dos Projetos de Lei n.ºs 816/2019 e 16/2022; 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 374/2021; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 350/2021, 26/2022, 77/2022, 96/2022, 113/2022, 150/2022, 311/2022 e 362/2022; **2.ª Sessão Ordinária, antecipada do dia 17:** Redação Final do Projeto de Lei Complementar n.º 6/2022; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 350/2021, 26/2022, 77/2022, 96/2022, 113/2022, 150/2022, 311/2022 e 362/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 523/2020 e 91/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h01, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)